

AUTOR(ES): CAMILA ARAUJO LEAL, MARIA TERESA LEÃO WANDERLEY e FELIPE FRÓES COUTO.
ORIENTADOR(A):

A CORRUPÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: Uma releitura das obras de Sérgio Buarque, Raymundo Faoro e Darcy Ribeiro

Introdução

A discussão sobre a corrupção tem recebido muita atenção no Brasil em função de escândalos recentes envolvendo setores públicos e privados, principalmente pelos divulgados nos meios midiáticos, tais como a “Operação Lava-Jato”, iniciada em 2014 com o intuito de averiguar crimes financeiros e desvios de verbas públicas, incluindo uma das maiores empresas estatais do Brasil, a Petrobrás. Nesse sentido, Estudos recentes têm apontado a dimensão cultural na dinâmica de corrupção e favorecimento personalista e patrimonial no Brasil (SCHWARCZ, 2019; SANTOS, 2017). A importância dessa análise culturalista transversal se relaciona intimamente com os aspectos que dão gênese à corrupção brasileira, principalmente no que diz respeito à identificação dos agentes envolvidos nas ações de corrupção, às classes que pertencem, e ainda, o elemento que enseja a realização dessas práticas.

Dessa maneira, o presente trabalho tem como finalidade introduzir e analisar discussões acerca da formação do povo brasileiro, bem como do modo de gestão do país, e ainda, da relação existente entre esses elementos e a corrupção no Brasil. Para tanto, o objetivo do presente ensaio é compreender a construção histórica de uma cultura de corrupção política no Brasil a partir de uma leitura comparativa de três importantes obras brasileiras que desenvolveram teorias políticas nacionais sobre o modo de gestão e a formação política do país: Sérgio Buarque (1995), em seu livro, *Raízes do Brasil*; Raymundo Faoro (2001), em seu livro *Os donos do poder* e Darcy Ribeiro (1995), na obra *O povo brasileiro*. Visamos, com este trabalho, relacionar os aspectos da formação histórica do Brasil com a corrupção, dando uma visão culturalista ao fenômeno, desde as suas bases teóricas locais.

As obras supracitadas nos revelam a forma como o país fora regido desde o seu período colonial até a contemporaneidade, sendo que os dois primeiros autores compreendem o governo brasileiro como um real estabelecimento da estrutura originária do Império Português no Brasil, bem como seus aspectos patrimonialistas, além de uma leniência da população brasileira e da presença de elite descompromissada com os ideais iluministas. O último autor, a seu turno, possui um enfoque, complementar ao trabalho, mais voltado para um enfoque nacionalista, e descreve a história do país e a emergência das classes brasileira, quais são o patronato, patriciado e demais brasileiros.

Material e Métodos

A metodologia utilizada nessa pesquisa é de caráter dedutivo, pois serão analisadas as obras históricas sobre o Brasil e os estudos de corrupção para identificar os agentes que contribuem para a perpetuação desta no país; de caráter analítico-exploratório quanto à avaliação das informações buscando analisar o contexto em que se insere. Quanto ao método aplicado, empregou-se a pesquisa bibliográfica e documental, além do ensaio teórico por meio da revisão de literatura dos autores Sérgio Buarque (1995) Raymundo Faoro (2001) e Darcy Ribeiro (1995), que são obras históricas importantes para a identificação do surgimento da corrupção no Brasil e as contribuições que os autores culturalistas desenvolveram para a temática.

Resultados e Discussão

A partir da leitura das obras anteriores, é possível esquematizar os achados da leitura transversal das obras analisadas como na Figura 01 ao final, que resume em três dimensões culturais o fenômeno da corrupção política no Brasil: a) Herança dos Modos Portugueses de Governo; b) Domínio das Elites Locais sobre a População, e c) Alienação do Povo em Relação a Assuntos Públicos. As três dimensões se inter-relacionam à medida que se constituem enquanto um processo histórico.

Em relação à primeira dimensão, esta pode ser melhor investigada a partir da leitura dos autores patrimonialistas, que enxergam o ambiente cultural da corrupção brasileira calcado na mistura entre a vida privada e a vida pública, como se fossem uma única coisa, de tal forma que os governantes acreditam que o Estado seja uma extensão de seus

domínios. Nesse sentido, a herança dos modos portugueses de governo diz respeito a um personalismo exacerbado entre agentes públicos e privados; interesse restrito ao ganho pessoal, e não ao ganho coletivo de um projeto de nação ou de sociedade; mistura constante entre as dimensões do público e do privado nos assuntos governamentais e a ausência de um sentimento nacionalista ou patriótico.

Em relação à segunda dimensão, analisamos os elementos que compõem o comportamento das elites dirigentes no país, especialmente em relação aos seus mecanismos para perpetuação de privilégios concedidos pelo poder do Estado. Nesse sentido, Faoro (2001) entende que o Brasil só conheceu a experiência de exploração oligárquica de sua economia, sem uma industrialização de larga escala e sem contato real com os princípios iluministas que compõem o liberalismo econômico. Para o autor, o Estado sempre se posicionou como uma ordem burocrática e rígida que impedia a prossecução de uma liberdade econômica e de um pensamento propriamente brasileiro. Já para Buarque (1995), esses processos não se agravam apenas pelo poder do Estado, mas pela debilidade da vida pública brasileira.

Nesse sentido, a segunda dimensão consiste em se concentrar nas relações dessas elites na manutenção de seus próprios privilégios, especialmente no que tange: a) à relação entre o patronato (empresariado) e o patriciado (elite burocrática estatal), que derivam dos mesmos grupos sociais e famílias; b) na perpetuação das oligarquias por meio da manutenção dos privilégios econômicos para as famílias privilegiadas sedimentadas no país, e c) nos mecanismos de lobby e influência entre os grupos sociais dominantes.

O patronato apresenta uma série de formas que permitem esse relacionamento e a influência do setor privado em relação ao Estado. Dentre elas, as mais comuns são o Lobby partidário, as licitações, as doações de campanha, os consórcios e as concessões, as alianças e associações de classe. Apesar de serem atos comuns ao funcionamento do Estado, se constituem como oportunidades de alianças utilitárias que levam à corrupção (RODRIGUES, 2019).

Bem acurado é o pensamento de que as condutas patrimonialistas e clientelistas não são compatíveis com o modelo republicano e democrático. Ou seja, enquanto essas práticas subsistirem na nossa prática política e nas instituições públicas brasileiras, o nosso pensamento coletivo permanecerá defasado. Portanto, enquanto persistir essa relação maléfica que se estabelece entre o privado e o público, os direitos coletivos e difusos, tais qual são a saúde, meio ambiente, educação, emprego, moradia, transporte, lazer, dentre outros, estarão sempre em segundo plano em relação a interesses de pequenas classes que constituem verdadeiros "sanguessugas" das receitas públicas e para além subsistirá a corrupção (SCHWARCZ, 2019).

Sobrevive assim, no Brasil, uma ideia autoritária de poder e de fazer política, de modo esse não consegue se desvincular das velhas elites, que se alinham pelos próprios interesses, sem respeitar a vontade do povo. A democracia brasileira, nesse sentido, tem envelhecido de forma frágil e sem compromisso com a vontade da população (RIBEIRO, 1995).

Por fim, a terceira dimensão é composta pela alienação do povo em relação aos assuntos públicos. Para Darcy Ribeiro (1995), a população brasileira não assistiu passiva à constituição de um sistema oligárquico de governo no país. Desde o genocídio das populações indígenas à repressão violenta dos movimentos sociais no Brasil, o povo que surgia foi expropriado de suas origens identitárias e de suas culturas tradicionais. Da mesma forma, com o instituto do cunhadismo, houve uma "inserção" dos povos portugueses nas famílias locais, o que facilitou o processo de exploração da mão-de-obra local, incorporando os nativos nos próprios usos e costumes do povo colonizador. Como resultado, surge um "novo povo", ou seja, um povo que, rejeitado pela matriz europeia e expropriado de sua cultura indígena, não constitui um sentimento nacionalista ou uma identidade comum que eleva o espírito às lutas populares.

Nesse sentido, surge a prevalência cultural de um povo alienado dos assuntos estatais, relegado ao trabalho obediente, à aceitação da violência e ao costume com a escravidão e com as estratificações raciais que se estabelecem no Brasil (RIBEIRO, 1995). A falta de consciência de classe e de consciência política dificulta o surgimento de novos movimentos sociais e de uma cultura de ativismo político que permita ampla participação popular nos debates públicos.

As três dimensões, analisadas em conjunto, retratam um cenário cultural propício ao surgimento de um ambiente marcado pela corrupção política. A falta de um olhar vigilante da população, associada ao patrimonialismo estatal e à coalizão das oligarquias dominantes no Brasil tornam o país uma fácil vítima para a imposição dos interesses pessoais de agentes que objetivam seus próprios ganhos acima de quaisquer interesses de desenvolvimento econômico ou social. Os elementos apresentados neste ensaio, quando combinados, resultam nas falhas do sistema político brasileiro e na falta de identificação do povo com seus governantes. As obras analisadas, portanto, retratam um país que entrou em um ciclo de exploração contínuo desde a exploração das Américas e, desde então, tem encontrado grande dificuldade para se emancipar do poder exercido pelas elites portuguesas e nacionais que aqui se instalaram no Brasil-Colônia.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

O pensamento Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Darcy Ribeiro, apesar das minuciosas divergências, caminham de forma uníssona acerca dos motivos que ensejam a corrupção no Brasil. É prevalente, nas obras dos autores, a confusão entre as questões privadas e as questões do Estado advindas de uma herança lusitana para o Brasil que aqui se instauram. Darcy Ribeiro (1995), contudo, se diferencia dos demais, por identificar a união entre duas classes que, contra a vontade do povo brasileiro, corrompem a estrutura do Estado. Acaba-se assim por encontrar três dimensões culturais o fenômeno da corrupção política no Brasil, a Herança dos Modos Portugueses de Governo; o Domínio das Elites Locais sobre a População, e a Alienação do Povo em Relação a Assuntos Públicos que se inter-relacionam. Ademais, é possível identificar que sempre houve um descompromisso da Elite Brasileira (seja empresarial, seja governamental) com a realidade local e com a construção de um projeto de nação. Subsiste, nesse sentido, um nítido vínculo entre a esfera de pequenos grupos privilegiados com a esfera pública. O Brasil como empresa, mesmo depois da emancipação da coroa portuguesa, é uma metáfora ainda presente no discurso de todos os autores que se propuseram a retratar a construção do povo desse país.

Agradecimentos

Agradecimentos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UNIMONTES (BIC-UNI) pelo apoio financeiro e logístico.

Referências

- FAORO, R. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.
- HOLANDA, S. B. D. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SANTOS, D. M. D. Patrimonialismo e os limites entre público e privado no Brasil sob a ótica de Raymundo Faoro e Oliveira Viana. **Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 29-28, março 2017.
- RODRIGUES, C. C. C. **Entre Elites, Corporações e Corrupção: As relações entre a Odebrecht e o Estado brasileiro**, São Paulo, 2019.

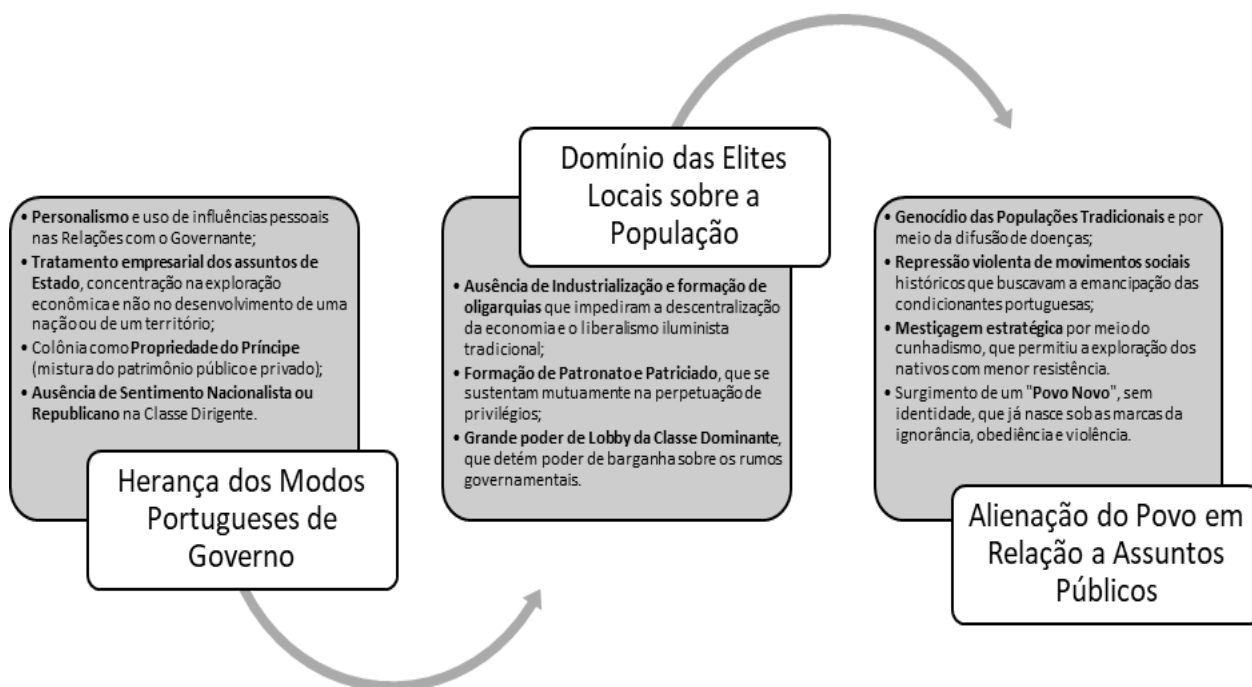


Figura 1: As dimensões culturais da corrupção política no Brasil

Fonte: Dos autores, 2019.